

Clio no espelho

Clio in the mirror

FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2011, 206 p.

Lidiane Soares Rodrigues

lidianesr@uol.com.br

Doutora

Universidade de São Paulo

Rua Bento Freitas, 139/ 81 - Vila Buarque

01220-000 - São Paulo - SP

Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; Historiadores; Temporalidades.

Keywords

History of historiography; Historians; Temporalities.

286

Enviado em: 13/5/2012

Aprovado em: 23/6/2012

“Nada de regressar ao passado, nada de regressar a mim mesmo” – assim Lucien Febvre começava sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1933. Considerando-se o título que deu a ela – “De 1892 a 1933: exame de consciência de uma história e de um historiador” – e, naturalmente, seu andamento, é factível asseverar: o mote com que abria a aula dava ensejo para virar do avesso o que afirmava. Era incontornável falar de si próprio (FEBVRE 1977, p. 17).

Lembrar dessa aula e de sua abertura esquiva tem interesse para uma apresentação do livro de Francisco José Calazans Falcon, *Estudos de teoria da história e historiografia*, vindo à lume, pela editora Hucitec, em 2011, no interior da coleção *Estudos históricos*. O livro reúne onze textos do historiador, apresentados por prefácio Ciro Flamarion Cardoso, e pela “orelha” de Marly de Almeida Vianna.

Eles foram produzidos para ocasiões muito diferentes – aulas, conferências, mesas redondas, dossiês – e, a despeito disso, guardam certa unidade que justifica reuni-los na publicação. É esta coesão que interessa apresentar, e, parece-nos, além dos textos tratarem de teoria da história e história da historiografia, há uma dimensão reflexiva, no sentido autobiográfico que esta noção assume, arrematando o alinhave do conjunto. Nessa dupla dimensão, talvez se possa ler o livro sob a rubrica de Lucien Febvre – “exame de consciência do historiador” – e se formular uma questão, a qual, os jovens historiadores, ou encaramos com coragem, ou dificilmente produziremos algo de valor.

Naquela aula, Febvre, ao introduzir o inevitável – regressar à historiografia, sinuoso caminho que o levaria a contragosto, a si próprio – afirmava: “historiador que sou, irei direto às datas” (FEBVRE 1977, p. 17). Sigamos o exemplo.

Os artigos reunidos em *Estudos de teoria da história e historiografia* foram produzidos entre 1989 e 2005. Para a geração do autor, animada em seus anos de formação pelas vertentes à esquerda do espectro político, tendo o marxismo como um de seus interlocutores teóricos privilegiados, atingida pela arbitrariedade do regime civil-militar instituído em 1964 – e que vivenciou o paradoxo de assistir a este mesmo regime fomentar o aparato institucional que viabilizou seu trabalho profissional, especialmente, a pós-graduação em nível nacional – “1989” não é um ano qualquer. Não nos parece, assim, gratuito que o primeiro artigo do livro se denomine “Fim da história?”. É como se as páginas que o sucedem quisessem testemunhar a resposta negativa a esta indagação, e pagassem o preço por isso. Dito de outro modo: fazendo história da historiografia, discutindo teorias e antiteorias a incidir nas pesquisas, denunciando e combatendo modismos, buscando o equilíbrio entre a tendência tão comum a se apegar a modelos de formação pretéritos e o entusiasmo alvoroçado pelas novidades.

Os três primeiros artigos – “Fim da história?”, “Crise da história?” e “Utopia e modernidade”, datados, respectivamente, de 1989, 1991 e 1993 – dialogam, como não poderia deixar de ser, com o clima de fim de festa e desnorteio que acometeu espaços profissionais e políticos afeitos à esquerda, em função da “queda do muro” e do fim da URSS. Como se sabe, a escatologia secular da “crise” e “fim” da história – espécie de equivalente da utopia secular cristalizada nas expectativas de emancipação das diferenças sociais promovidas

pelo capitalismo, nas mais variadas apostas políticas revolucionárias – obrigou historiadores a refletirem a respeito de seu ofício, à luz da ordem mundial que sucedeu à guerra fria. O autor não se furtou a isso - “reconheçamos com sinceridade a enorme parcela de responsabilidade que temos em tal processo de destruição da História”. Trata-se de “uma dupla responsabilidade por sinal, ao menos para nós que pertencemos a uma geração mais antiga, uma vez que se trata tanto da História-conhecimento quanto da História-realidade” (FALCON 2011, p. 17). Se o enredo é conhecido, vale retomá-lo em apoio ao argumento. Em tom de sobriedade, diga-se de passagem, rara, quando se trata dessa experiência, o autor pontua: “acreditávamos na história com ‘H’ maiúsculo”, e, por isso, apostávamos conhecer sua “verdadeira essência” – em decorrência, “como profissionais de História, podíamos proclamar a cada momento as nossas certezas em relação ao rumo/destino da História real, fruto de nossas próprias convicções teóricas” (FALCON 2011, p. 17). No entanto, “a História real incumbiu-se a pouco e pouco de nos contradizer, desmentindo certezas, semeando confusões, baralhando cartas, cortando antigas visões/perspectivas mais ou menos teleológicas (FALCON 2011, p. 18). Nessa esteira, afirma: “a História não chegou ao fim [...] os homens e suas sociedades continuam a existir”, e propõe a divisa: “não devemos misturar as coisas: não atribuíamos à História problemas e perplexidades, insuficiências, sobretudo, que são exclusivamente nossos. Precisamos assumir o quanto antes que residem no nosso próprio território as verdadeiras dificuldades [...]” (FALCON 2011, p. 18). Há, afinal, uma “persistente confusão” entre dois processos: “o de ‘crise da História’ entendida como processo real”, e “o da ‘crise da historiografia’” – diferentes, embora inter-relacionados. Para ele, “a primeira reflete os efeitos da ‘História Contemporânea’, sobretudo dos acontecimentos de 1989-1991 e o fim do chamado ‘socialismo real’”, porém “a segunda, expressa os problemas atuais da história-disciplina, dentro e fora de sua oficina, tendo como ponto de partida uma crise paradigmática” (FALCON 2011, p. 173).

Ora, do reconhecimento do nexos entre expectativas e apostas dos historiadores e a grande política ao diagnóstico de que nem tudo pode ser atribuído a este nexos, parece-nos: há uma vasta agenda de pesquisa esboçada, no âmbito da teoria da história e da história da historiografia. É isso o que se evidencia nos estudos reunidos neste livro, e, em especial, se atentarmos para algumas de suas advertências a respeito do que é ainda lacunar na área de história da historiografia. Não é raro se estabelecer o paralelo que liga a história da “macro” política – grosso modo: aposta na emancipação / revolução; crítica ao autoritarismo/totalitarismo dos regimes socialistas, desde os desdobramentos de 1968; valorização da ação local e da “pequena política – à variação das tendências historiográficas – paradigmas explicativos racionalistas, com destaque para o marxismo; crítica ao explicativo/racionalismo e adoção do modelo “compreensivo”; atenção à micro-história, aposta no desconstrucionismo e pós-modernismo. Porém, o historiador chama atenção: à sucessão das tendências mais amplas da história política contemporânea não corresponde de maneira direta a sucessão das tendências temáticas e teóricas na historiografia. Como se dissesse: não se enlacen as duas paralelas história

política em escala global / historiografia, como se esta respondesse àquela de modo não mediado.

É notável o modo como o historiador acompanha as novas inclinações temáticas e as novas ondas que vão dando os contornos da produção historiográfica nos anos noventa e início do novo século. Não se exime de participar de discussões como "História e cidadania" ou "História e violência": artigos homônimos que o autor elaborou em função do convite da Associação Nacional de História. O primeiro foi apresentado no VII Encontro Regional, em 1996; o segundo, no XIX Simpósio Nacional, em 1997. E em ambos, o procedimento é o mesmo: o reconhecimento de que se tratam de temas que, além de requerer especialistas, concernem ao pesquisador como cidadão. Por que constatá-lo? Porque há implicações, para a pesquisa, que ultrapassam a dimensão política mais ou menos contundente e o tom de denúncia que pode animar as mais justas intenções na escolha de tais temas, comprometendo o *métier*. Nos termos do historiador: a "denúncia tem sido, na verdade, a mola propulsora de não poucos trabalhos", é, contudo, "glória e calcanhar de Aquiles ao mesmo tempo" – tendo à espreita, tanto o presentismo quanto o historicismo. As "tentações" do primeiro arriscam "instrumentalizarem a investigação histórica segundo as preocupações e interesses do presente, conduzem a toda sorte de anacronismos e simplificações abusivas, uma vez que ignoram a própria historicidade". Em contrapartida, "o perigo historicista se manifesta na relativização absoluta da violência de tal maneira que explicá-la e compreendê-la se torna, na prática, um exercício de justificação ancorada na *diferença* individualizadora de outras épocas e sociedades" (FALCON 2011, p. 89).

289

Impasse, decerto, a que não sucumbe. Não por acaso, há dois ensaios de fôlego a respeito do historicismo: "Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual" e "O historicismo: antigas e novas questões". Na impossibilidade de apresentar os passos de seu argumento a respeito, vale chamar atenção para a ponderação, que, a bem dizer, testemunha franqueza mais do que necessária e bem vinda. Ele afirma, no segundo ensaio: "quando da nossa primeira tentativa de análise do historicismo, imaginamos na verdade uma história dupla – a do historicismo dos pontos de vista ontológico e epistemológico". Contudo, esse enquadramento, "longe de facilitar, complica bastante a inteligibilidade do percurso histórico do historicismo, daí preferirmos, agora, uma exposição mais cronológica que contemple, para cada época, as características daquelas duas principais vertentes" (FALCON 2011, p. 141). Não por acaso, neste ensaio fica acentuada a diferença entre o historicismo germânico e os demais; tampouco parece casual que a escolha pela exposição mais simples dê suporte à proposta: entendamos as tomadas de posição e as máximas – referindo-se, àquela, sobejamente conhecida, "narrar os acontecimentos tal como realmente ocorreram", de Ranke – "em seus termos originais, ou seja, conforme a visão de mundo e as formas de pensamento e ação realmente existentes à época" (FALCON 2011, p. 149). Constatando a adoção de posturas historicistas, de modo não explícito, tanto quanto petições de princípio historicistas, que não necessariamente redundam em pesquisas

historiográficas com ela coerentes, sentencia: “se o grande princípio subversivo da modernidade é o historicismo”, por ser “uma forma de relativismo que situa o significado das ideias e dos acontecimentos no seu contexto histórico, e no qual a história, em lugar da filosofia e da natureza, se torna o árbitro da verdade”, o pós-modernismo atual confronta-nos “com uma forma de relativismo muito mais subversiva, um relativismo ao radical, tão absoluto, a ponto de ser antitético tanto em relação à história, quanto à verdade” (FALCON 2011, p. 133). Não nos parece, aliás, indiferente a esta constatação, que o autor provoque criticamente o entusiasmo dos incautos com a advertência que clama pela coesão entre argumentos, tomadas de posição e prática de pesquisa: “a crítica ao ‘modelo documental’, tão em moda na atualidade, significa escrever história sem ir aos arquivos, sem pesquisar as fontes, sem ‘documentos’, em suma?” (FALCON 2011, p. 182).

O tema do historicismo tem no livro dois ensaios de fôlego. E, apesar do receio de parecer acintosa uma sugestão, arriscamos fazê-la, em nome do compromisso com o ofício e por acreditar que ela faça coro com o autor. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, de Fritz Ringer (2000), livro que veio a público pela primeira vez em 1968, ainda não foi suficientemente incorporado às nossas reflexões a respeito de teoria da história e história da historiografia. Para levar às últimas consequências, contudo, a proposta de entender o historicismo, em “seus termos originais”, e de acordo com “a visão de mundo e as formas de pensamento e ação” que lhes foram coevas, urge que o mencionado livro o seja. É que, ao investigar os nexos entre a morfologia do sistema universitário, alternativas epistemológicas e tomadas de posição ideológicas, mapeando as clivagens no interior do “tipo mandarim”, o autor pode compreender linhas de força da tradição intelectual e da composição social na emergência de linhagens, que, entre nós, são por vezes importadas de modo constrangedoramente irrefletido. Ringer não dissocia as grandes realizações do “*Geist*” do sistema educacional superior como elemento de estratificação social, nem da necessidade de defesa das barreiras sociais ameaçadas pela aceleração da modernização alemã na virada do século XIX para o XX. De Weber a Simmel e de Dilthey a Meinecke: talvez nossa leitura desses clássicos e do nosso sistema universitário avançassem em novas direções ao incorporarmos o trabalho de Ringer.

Se o mencionamos é por entender que se alinha com incômodos subreptícios do historiador, evidentes nesta coletânea, nas lacunas que, com contundência, assinala nos nossos estudos de historiografia, nas indagações que a eles dirige, e em passagens, cujo tom de depoimento desperta muito interesse. Essas inquietações concentram-se em dois artigos: “A historiografia contemporânea e a identidade do historiador”; “Teoria e história da historiografia contemporânea”. Segundo ele, antes da estruturação da pós-graduação, em nível nacional, era patente a oposição entre tradição e inovação atizando conflitos “crescentes em função da radicalização de perspectivas e das disputas movidas por interesses e posições institucionais e rivalidades pessoais e de grupos, no seio especialmente dos departamentos que tinha a seu cargo os cursos de graduação em História,

nas Faculdades de Filosofia". Naqueles anos, "a disputa entre tradicionalistas e inovadores concentrou-se em torno do ensino de História e ganhou as salas de aula", de modo que, a dicotomia "teorização versus empirismo" norteou cursos, aulas, obras, indexando as identidades. De um lado, os dito "empiristas, meramente informativos e os reconhecidamente teóricos, interpretativos. Também os docentes caíram sob o jugo desse maniqueísmo, classificados/rotulados, na sua maioria, ou como empiristas ou como teóricos" (FALCON 2011, p. 61). Em contrapartida, detecta, no reordenamento institucional imposto ao quadro da produção historiográfica, a partir dos anos 1970, nos "primórdios da pós-graduação": "certo compromisso entre as antigas designações, próprias da graduação (História do Brasil, História da América, História Antiga e Medieval) e as de caráter temático, mais 'modernas' (História Econômica, História Social, História Cultural) [...]". Contudo, era "confusa e flutuante", a maneira de se "conceber e designar as linhas de pesquisa, já que, frequentemente, elas tinham muito pouco a ver com a estrutura curricular ou mesmo com a(s) área(s) de concentração, mas, sim, com os projetos individuais ou de grupos dos próprios docentes" (FALCON 2011, p. 186). As duas observações, lidas em conjunto, dão o que pensar. A primeira – constatando oposição *logicamente* falsa, mas *sociologicamente* condicionante e definidora de grupos e filiações – não teria ensejado, ao seu modo, pesquisas animadas por premissas questionáveis? A segunda, em contrapartida – referindo-se à ordenação institucional não correspondente às linhas de pesquisa – não teria, ao mesmo tempo estrangido uns e animado outros? Tanto a formulação dessas questões quanto o encaminhamento delas, requer, ao fim e ao cabo, a consideração da morfologia social e institucional que mencionávamos – condicionando os rumos da historiografia. Vale, nesse sentido, retomar a advertência colhida no livro em tela, que destacamos inicialmente: tal *approach* talvez seja alternativa mais profícua que a ligação por vezes estabelecida entre o arco da macropolítica – da revolução ao desbunde – e a historiografia – da grande narrativa teleológica à crítica da razão. O próprio historiador dá a pista para tal pesquisa: as "linhas de força da ordenação da pós-graduação" eram "historiografia tradicional, a *Nouvelle Histoire* (dos *Annales*) e a crítica teorizante predominantemente marxista" e, "cada curso/programa constitui, nos anos [19]70 e começos dos [19]80, um caso específico de articulação, em proporções bastante variadas, dessas três tendências ou perspectivas historiográficas" (FALCON 2011, p. 63).

Lentamente, temos assistido à legitimação de uma jovem área de estudos, segmentação interna aos estudos dos historiadores: história da historiografia. Agregando pesquisas com recortes muito diversificados já se qualifica o setor como conformado, com dimensões "epistêmicas e metodológicas, como campo de conhecimento específico" (NEVES 2011, p. 9) – e, com efeito, o volume de trabalhos e pesquisas acumuladas neste âmbito corrobora este juízo. Sendo já reconhecido que, com propósitos diversos, todo historiador encontra-se sempre preocupado com historiografia – seria preciso extrair as consequências dessa diversidade de motivos. Apresentando o livro em questão, ocorre-nos, neste caso, tal consideração não se desvencilha de uma questão a dividir a geração

atual das anteriores, no quadro da produção historiográfica brasileira. A divisa proposta é simples, porém útil: os mais jovens se formam em contexto no qual história da historiografia é um “campo de conhecimento específico”, e, como tal, chancela o início da carreira no interior dela. Gerações anteriores seguiram outro padrão – no qual não estava previsto tal início, porém a dedicação a este setor em fase já avançada, não por acaso batizada, não apenas por Lucien Febvre, como “exame de consciência do historiador”.

Nos dias que correm, esses dois modelos estão convivendo – e, talvez por isso, ele seja dos mais instigantes, para as duas pontas geracionais. Quando se termina a leitura do livro de Falcon, atentando-se para preocupações que pontilham o conjunto – a preocupação com a coerência entre pressupostos teóricos (ou antiteóricos) e trabalho com as fontes, também no âmbito da história da historiografia, o incômodo com generalizações apressadas (FALCON 2011, p. 194) – é difícil não se indagar: nós, os jovens historiadores formados no tempo presente, ao avançarmos em nossos trabalhos, teremos tal clareza a respeito dos impasses lógicos do que fazemos? Se é impossível responder, é igualmente inevitável pontuar a diferença que baliza os dois perfis da formação. Francisco José Calazans Falcon licenciou-se em 1955, em história e geografia, na antiga Universidade do Brasil. Sua pesquisa historiográfica – na qual a história da historiografia equivale *mutatis mutandis* a balanço bibliográfico, e não área de especialização – deu origem ao já clássico *A época pombalina* (FALCON 1982), por meio da qual conquistou o título de livre-docente doutor em história moderna pela Universidade Federal Fluminense, em 1976. Não surpreende que, dirigindo o recado a historiadores, ironize “o que eu acho graça é que as pessoas pensam que as coisas sempre existiram tal como existem hoje”, como se nos desafiasse a voltar nossa “utilidade mental e intelectual” a nós próprios – e discorra a respeito do “meio século em que as coisas mudaram radicalmente” (FALCON 2006), dando destaque às possibilidades e coerções de pesquisa propiciadas pelas rotações na ordenação institucional universitária. Não há dúvidas que os jovens da jovem área “história da historiografia” encontramos advertência e programa de pesquisa mesclados nesse espelho de Clio, e que nossos desafios são grandes, pois nem só de vantagens vivem os que se iniciam já na área autorreflexiva do *métier*, como deixam evidentes as entrelinhas desse livro. Esperamos estar à altura deles.

292

Referências bibliográficas

- FALCON, Francisco José Calazans. **Estudos de teoria da história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- _____. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. A História andou para trás. **Revista de história da Biblioteca Nacional**, n. 9, abril de 2006.

FEBVRE, Lucien. De 1892 a 1933. Exame de consciência de uma história e de um historiador. In: _____. **Combates pela História I**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, *et al* (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edusp, 2000.